

**Relatório sobre «As relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais  
ao abrigo do Tratado de Lisboa»**

**2009-2014**  
**Relatório anual de 2013/2014**

Esta é uma publicação da  
Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais  
Diretora: Christine Verger  
Correio eletrónico: [christine.verger@ep.europa.eu](mailto:christine.verger@ep.europa.eu)  
Chefe da Unidade de Diálogo Legislativo: Patrizia Maria Prode  
Correio eletrónico: [patrizia.prode@ep.europa.eu](mailto:patrizia.prode@ep.europa.eu)  
Chefe da Unidade de Cooperação Institucional: Francisco Juan Gomez Martos  
Correio eletrónico: [francisco.gomezmartos@ep.europa.eu](mailto:francisco.gomezmartos@ep.europa.eu)  
Manuscrito concluído por: Eschel Alpermann  
Correio eletrónico: [eschel.alpermann@ep.europa.eu](mailto:eschel.alpermann@ep.europa.eu)

## RELATÓRIO ANUAL de 2013/2014

### ÍNDICE

**Prefácio**

**1. Introdução**

**2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar**

**2.1 A Conferência Interparlamentar sobre a Governação Económica da UE**

**2.2 O cartão amarelo relativo à proposta de regulamento que institui a Procuradoria Europeia**

**2.3 O aprofundamento da cooperação interparlamentar no domínio da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)**

**2.4 Os Parlamentos da UE no quadro da governação mundial**

**3. Cooperação parlamentar institucional**

**3.1 Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados em Assuntos da União (COSAC)**

**3.2 A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE**

**3.3. Relações com a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**

**4. Reuniões interparlamentares**

**4.1 Reuniões interparlamentares de comissões – intercâmbios mais específicos entre peritos**

**4.2 Visitas bilaterais – um formato flexível e eficiente**

**4.3 Videoconferência – rumo ao futuro**

**5. O «mecanismo de alerta precoce» – Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa**

**6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede**

**6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia – IPEX**

**6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares – CEIDP**

**7. Tendências nas relações interparlamentares 2009-2014**

**Anexos**

## Prefácio

O atual mandato está a terminar e, por conseguinte, gostaríamos de lhe apresentar, neste último relatório anual, os progressos realizados durante a presente legislatura em termos de cooperação interparlamentar entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais. Após mais de dois anos de cooperação bem-sucedida, este será o último relatório desta legislatura por que seremos responsáveis enquanto vice-presidentes para as relações com os parlamentos nacionais. Será também o último relatório do Vice-Presidente Martínez, que, tendo cumprido 22 anos ao serviço de um parlamento nacional, 15 anos ao serviço do Parlamento Europeu e vários anos em funções interparlamentares, nomeadamente como Vice-Presidente da Assembleia da UEO e Vice-Presidente e Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, passará à reforma. Por outras palavras, este é o momento oportuno para fazer o balanço dos resultados alcançados desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa até ao final da legislatura em curso e para passar o testemunho ao novo Parlamento eleito.

A cooperação interparlamentar percorreu um longo caminho desde a Convenção sobre o Futuro da Europa e conheceu um verdadeiro impulso nos últimos anos, o que se reflete, nomeadamente, no número recorde de reuniões de comissões interparlamentares organizadas nas instalações do PE, que, em termos gerais, atraíram mais de mil e quinhentos deputados dos parlamentos nacionais nos últimos quatro anos, bem como no recente aumento das reuniões conjuntas de comissões organizadas pelo PE em conjunto com o Parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência. Reflete-se igualmente no aumento do número de pedidos comparativos tratados pelo Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares, na crescente aceitação do IPEX pelos parlamentos nacionais como *a* plataforma para intercâmbio interparlamentar sobre assuntos europeus, assim como na determinação com que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia criou dois novos formatos de conferências interparlamentares especializadas.

Nos últimos dois anos, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos ganhou importância devido ao papel atribuído à cooperação interparlamentar pelo artigo 9.º do Protocolo (n.º 1) relativo ao papel dos parlamentos nacionais, tendo sido pioneira na definição do futuro das relações interparlamentares. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos concluiu acordos sobre a criação de dois novos formatos de controlo interparlamentar no domínio da PESC/PCSD, na sequência da dissolução da Assembleia Parlamentar da UEO, e sobre a governação económica, em 2012 e 2013, respetivamente, a fim de contrabalançar a tendência para a tomada de decisão intergovernamental entre os Estados-Membros. As primeiras edições destas novas conferências interparlamentares (CIP) ofereceram a perspetiva de um maior grau de controlo parlamentar e de democratização. Distinta da COSAC ou da própria Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, esta «segunda geração» de fóruns interparlamentares reúne especialistas dos mesmos domínios de competências. Ao destacar e discutir publicamente questões até agora decididas, de um dia para o outro, à porta fechada, a nível europeu, este tipo de fóruns tem potencial para contribuir para o desenvolvimento de uma esfera pública europeia para debates políticos. Sem prejuízo das competências do PE, resta saber se estas CIP podem criar uma tendência para a maior responsabilização democrática e para um maior controlo parlamentar das políticas da UE.

Neste novo contexto, a COSAC, que celebrou a sua reunião de 50.º aniversário em Viena em 2013, enfrenta alguns desafios difíceis. Tal deve-se, em parte, à sua constituição – principalmente generalistas das comissões dos assuntos europeus – e, em parte, ao seu carácter institucionalizado e a um regulamento interno estrito. Em vez de prever espaço suficiente

para o intercâmbio e debates interparlamentares, um dos seus objetivos estatutários, a COSAC tornou-se mais um fórum que os executivos nacionais e europeu utilizam para transmitir as suas opiniões aos deputados. Primeiros-Ministros, ministros, membros da Comissão Europeia e outros representantes do poder executivo constituem atualmente quase dois terços dos oradores. Os deputados que introduzem o debate, por outro lado, representam apenas 16 % de oradores principais e são, por conseguinte, uma exceção. Pelo menos em ocasiões recentes, a delegação do PE conseguiu persuadir a Troika presidencial da COSAC a convidar alguns deputados europeus, especialistas nos respetivos domínios, para alimentar os debates. Esta situação proporcionou intensos debates interparlamentares, mostrando o que alguma boa vontade permite realizar.

A introdução das disposições no Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade contribuiu para sensibilizar os parlamentos nacionais para os projetos de atos legislativos da UE numa fase precoce, embora os parlamentos/câmaras parlamentares tenham alterado a sua regulamentação interna a fim de beneficiar deste «mecanismo de alerta precoce» de diferentes formas e com diferentes resultados. O reduzido número de «cartões amarelos» apresentados – apenas por duas vezes, os parlamentos nacionais desencadearam o processo de reanálise obrigatória previsto no Protocolo n.º 2 – revela que os parlamentos nacionais não bloquearam os projetos legislativos da UE. Pelo contrário, o elevado número de contributos dos parlamentos nacionais sobre o teor dos projetos de atos legislativos, quando comparado com o número relativamente baixo de pareceres fundamentados que manifestam preocupações em matéria de subsidiariedade (numa proporção na ordem dos 4.5 para 1), revela um interesse crescente em participar de forma ativa no debate político a nível da UE.

Embora, nos últimos anos, as reuniões interparlamentares de comissões (RIC) tenham incidido em processos que se encontravam numa primeira fase legislativa (em especial em processos ligados à adoção do quadro financeiro plurianual, nomeadamente às principais reformas das políticas da UE, como a política regional, a agricultura e as pescas e os programas de despesas plurianuais), a utilização das RIC como veículo de diálogo pré-legislativo com os parlamentos nacionais diminuiu em 2013, também devido a um decréscimo do número de propostas pertinentes da Comissão. Todavia, o Parlamento Europeu não participa ativamente no diálogo político pré-legislativo entre os parlamentos nacionais e a Comissão (a chamada «iniciativa Barroso») e não o monitoriza de forma sistemática. Em termos globais, o número de reuniões de peritos aumentou desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, tendo sido realizadas, pelo menos, 58 RIC entre 2010 e 2014, bem como seis reuniões parlamentares conjuntas (RPC) e cinco reuniões conjuntas de comissões (RCC). Ao longo dos anos, as RIC tornaram-se o modelo habitual das reuniões de todos os membros de uma comissão com os parlamentos nacionais, não excluindo outros formatos, como os convites dirigidos apenas aos presidentes das comissões ou os convites permanentes aos parlamentos nacionais. Uma via que, com as condições técnicas atualmente existentes no PE e em alguns parlamentos nacionais, será seguramente mais explorada, é a utilização de videoconferência, que permitirá a realização de um maior número de reuniões que visem avaliar as necessidades específicas dos intercâmbios entre peritos, designadamente, entre relatores.

Além de factos e números, também apresentamos neste relatório algumas tendências das relações interparlamentares que se criaram ao longo dos últimos anos, nomeadamente a participação oficial reforçada dos parlamentos nacionais na arquitetura institucional da UE, o desenvolvimento de formas mais institucionalizadas de cooperação sectorial entre o

Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais e a necessidade de refletir sobre o papel e a natureza da COSAC enquanto fórum de intercâmbio interparlamentar; uma tendência para a realização de reuniões mais reduzidas que abordem questões políticas vastas mas com impacto direto limitado sobre a atividade parlamentar em curso, em que se reflete a tendência para a organização de reuniões mais especializadas sobre políticas específicas ou textos de projetos legislativos; e, por fim, a criação de modalidades de reunião mais flexíveis e «feitas por medida», tecnicamente apoiadas pela videoconferência.

A próxima legislatura do PE será confrontada com novos desafios no domínio da cooperação interparlamentar decorrentes das condições económicas cada vez mais restritivas, da crescente concorrência internacional, da volatilidade geoestratégica e política e da evidente apatia e do desencantamento dos cidadãos com o atual processo de integração europeia. No que se refere, particularmente, a esta questão, a cooperação parlamentar poderá ajudar a revigorar o projeto europeu. A democracia não pode ser imposta de cima, na medida em que só floresce quando os cidadãos participam no processo e quando todas as instituições – em todos os níveis – exercem os seus direitos e responsabilidades de uma forma eficaz e coerente. Fica implícito o princípio de que é necessário exercer o controlo e a responsabilidade parlamentares ao nível a que são tomadas as decisões. As tensões e as diferenças de opinião serão sempre inevitáveis, mas o mais importante é a vontade de trabalhar conjuntamente de uma forma construtiva para as superar e conduzir as políticas da União Europeia e dos seus Estados-Membros no sentido dos princípios fundadores da União e dos seus principais objetivos, em conformidade com os artigos 2.º e 3.º do TUE.



Miguel Ángel Martínez  
Vice-Presidente



Othmar Karas  
Vice-Presidente

## 1. Introdução

Pela terceira vez desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, apresentamos-lhe um relatório anual sobre os progressos realizados no domínio das relações interparlamentares entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais. Ao contrário dos seus precursores, o relatório anual de 2013/2014 não se centra apenas nos progressos registados durante o período de referência. Em vez disso, enuncia igualmente as tendências a mais longo prazo e as perspetivas de cooperação interparlamentar. À medida que nos aproximamos do termo da presente legislatura, e quatro anos após a entrada em vigor das novas disposições do Tratado de Lisboa sobre a cooperação interparlamentar e o papel dos parlamentos nacionais, é tempo de analisar os progressos na aplicação do novo Tratado. Para o efeito, foi acrescentado ao relatório deste ano um capítulo final sobre as tendências em matéria de relações interparlamentares no período de 2009-2014.

## 2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar

### 2.1 A Conferência Interparlamentar sobre a Governação Económica da UE

*Os recentes desenvolvimentos na governação económica europeia, nomeadamente a adoção do Tratado Intergovernamental sobre Estabilidade, Coordenação e Governação (TECG/«Pacto orçamental») e de diversas medidas legislativas – os chamados «pacote de 6» e «pacote de 2» – em resposta à crise económica e financeira, transformaram significativamente a governação europeia. Simultaneamente, estes desenvolvimentos suscitaram uma série de preocupações, em particular no que respeita à legitimidade e à responsabilidade democráticas. Embora esses princípios fundamentais devam ser garantidos ao nível em que são tomadas e aplicadas as decisões, há muito que o Parlamento Europeu considera que a cooperação interparlamentar tem um importante papel complementar a desempenhar nesse âmbito<sup>1</sup>. Por iniciativa das comissões do PE envolvidas no domínio da governação económica, a saber, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), a Comissão do Orçamentos (BUDG) e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL), e com o apoio da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE, o PE procedeu à realização, em fevereiro de 2012, de uma conferência interparlamentar sobre o Semestre Europeu para a Coordenação das políticas económicas.*

Um ano mais tarde, em janeiro de 2013, a reunião adquiriu uma maior dimensão, e passou a denominar-se *Semana Parlamentar Europeia sobre o Semestre Europeu*. As três reuniões interparlamentares de comissões organizadas no quadro desta semana foram as mais bem-sucedidas em termos de participação, contando com a presença de um total de 100 deputados provenientes de 33 câmaras parlamentares (de 26 Estados-Membros) e de cerca de 70 deputados ao Parlamento Europeu. Os debates incidiram sobre o Semestre Europeu, a democracia e a subsidiariedade, o impacto do Semestre Europeu nas medidas de austeridade e nas perspetivas de crescimento, a luta contra o desemprego dos jovens, o impacto social dos programas de ajustamento económico dos Estados-Membros que enfrentam dificuldades financeiras, bem como o papel do orçamento da UE no apoio à consecução de objetivos do Semestre Europeu dos Estados-Membros.

---

<sup>1</sup> Ver Resolução do Parlamento Europeu, de 1 de dezembro de 2011, sobre o Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas, preâmbulo, considerando E, F e J.

Numa carta enviada, após o evento, aos presidentes de todos os parlamentos nacionais, o Presidente do PE, Martin Schulz, sublinhou que «os debates permitiram aos participantes discutir, numa atmosfera muito construtiva e num espírito de verdadeira cooperação, as várias prioridades e políticas do Semestre e aprender com as experiências adquiridas por todos na melhoria e aplicação das mesmas», o que reforça «a dimensão democrática do Semestre Europeu [...] aos níveis nacional e da União».

Entretanto, as disposições do Pacto Orçamental preveem a organização de uma conferência interparlamentar «... a fim de debater[em] as políticas orçamentais e outras questões abrangidas pelo [presente] Tratado».<sup>2</sup> Durante a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos em Nicósia, em abril de 2013, foi alcançado um acordo sobre a execução do disposto no artigo 13.º do TECG. Esse acordo oferece novas possibilidades de controlo parlamentar através de uma maior intensificação da cooperação interparlamentar no quadro da governação económica. Todos os anos, no outono, o Parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência do Conselho organiza uma conferência nas suas instalações. Uma segunda conferência é organizada conjuntamente pelo PE e pelo Parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência do Conselho no início de cada ano, nas instalações do PE, em Bruxelas.

Em consonância com este acordo, a primeira Conferência sobre o artigo 13.º foi organizada em Vilnius, em 16 e 17 de outubro de 2013. Os deputados debateram um vasto leque de questões relacionadas com a governação económica da UE, designadamente, o quadro de governação económica pós-crise, a união bancária e a integração financeira na UE, a consolidação orçamental e as reformas estruturais na Europa.

A segunda conferência sobre a governação económica foi coorganizada pelo PE e pelo Parlamento grego, em 20 e 22 de janeiro de 2014, nas instalações do PE em Bruxelas. A conferência contou com um número de participantes sem precedentes. Cerca de 150 deputados aos parlamentos nacionais, 60 deputados ao Parlamento Europeu e 100 funcionários dos parlamentos nacionais participaram no evento de três dias, que propiciou a ocasião para realizar debates que abrangeram temas tão diversos como o *Reforço da Supervisão Orçamental na UEM* ou a *Legitimidade Democrática dos Programas de Ajustamento Económico*. Tal como em anos anteriores, a conferência combinou várias sessões plenárias em paralelo com reuniões de comissões da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, da Comissão dos Orçamentos e da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. É de notar a novidade introduzida pelo calendário oficial do PE para 2014, que prevê uma semana específica para a realização do evento, assinalada como «Semana Parlamentar Europeia». A próxima Conferência sobre o artigo 13.º do TECG deverá realizar-se em Roma, no outono de 2014.

## **2.2 O cartão amarelo relativo à proposta de regulamento que institui a Procuradoria Europeia**

*O Tratado de Lisboa é muitas vezes designado «Tratado dos Parlamentos», sobretudo porque o seu Protocolo n.º 2 confere aos Parlamentos nacionais o direito de controlar se os projetos de legislação da UE são conformes ao princípio da subsidiariedade. Em 2012, pela primeira vez após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, uma proposta da Comissão desencadeou o chamado mecanismo do «cartão amarelo», ou seja a reanálise obrigatória pela instituição emissora. Em setembro de 2012, a Comissão optou por retirar a chamada*

---

<sup>2</sup> Artigo 13.º do TECG.

*proposta «Monti II», embora não por motivos de não conformidade com o princípio da subsidiariedade, mas sim por considerar que era improvável a proposta «reunir o necessário apoio político junto do PE e do Conselho necessário à sua adoção».*

Em 2013, o processo de reanálise obrigatória («cartão amarelo») foi acionado pela segunda vez. Os parlamentos/câmaras nacionais apresentaram treze pareceres fundamentados relativos à proposta de regulamento do Conselho que institui a Procuradoria Europeia<sup>3</sup>.

Nos pareceres fundamentados, foram levantadas várias objeções à proposta, nomeadamente a Comissão não ter cumprido as formalidades essenciais, não ter incluído uma justificação pormenorizada na sua exposição de motivos e não ter fundamentado de forma satisfatória o valor acrescentado da instituição da Procuradoria Europeia face ao desempenho dos sistemas judiciais dos Estados-Membros, além da convicção de que o «modelo supranacional» da Procuradoria Europeia pode limitar de forma desproporcionada a soberania dos Estados-Membros a nível do direito penal e da intenção de reforçar as formas de cooperação existentes, tais como o OLAF, ou de adotar medidas preventivas no que toca à execução dos fundos da UE.

No período de um mês, a Comissão apresentou uma análise dos pareceres fundamentados<sup>4</sup>. Nessa análise, concluiu que a sua proposta respeita o princípio da subsidiariedade. Consequentemente, a Comissão concluiu de forma geral que não era necessário retirar nem alterar a proposta, devendo esta ser mantida. A Comissão acrescentou, contudo, que terá em conta os pareceres fundamentados no processo legislativo. O Parlamento Europeu adotou recentemente a sua posição em primeira leitura com base num relatório da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos<sup>5</sup>.

### **2.3 O aprofundamento da cooperação interparlamentar no domínio da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)**

*Na sequência das conclusões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE realizada em Varsóvia, em 2012, a primeira Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) realizou-se em Pafos, Chipre. Na altura, decidiram-se os métodos de trabalho a adotar nas reuniões seguintes, nomeadamente no referente à dimensão das delegações e à participação do Parlamento Europeu na organização e na definição da periodicidade das reuniões.*

A segunda Conferência PESC/PCSD realizou-se em Dublin, em 24 e 25 de março de 2013, tendo sido organizada pelas Câmaras do Oireachtas irlandês e tendo incidido em questões como a prevenção de conflitos, a abordagem abrangente a seguir no Corno de África e o Processo de Paz do Médio Oriente; e a terceira Conferência PESC/PCSD realizou-se em Viena, em 4 e 6 de setembro de 2013, tendo sido organizada pelo Seimas lituano e tendo incidido em questões como a Parceria Oriental e a reunião do Conselho Europeu de dezembro de 2013 sobre a defesa e a Síria.

---

<sup>3</sup> COM(2013)0534. Os PF representaram 18 de 56 votos, ultrapassando, assim, o limiar exigido para atos legislativos relativos ao espaço de liberdade, segurança e justiça (com base no artigo 76.º do TFUE).

<sup>4</sup> COM(2013)851, Comunicação de 27 de novembro de 2013.

<sup>5</sup> Posição do Parlamento Europeu adotada em primeira leitura em 25 de fevereiro de 2014, com vista à adoção do Regulamento (UE) n.º .../2014 do Parlamento Europeu e do Conselho que adapta ao artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia uma série de atos jurídicos no domínio da justiça que preveem o recurso ao procedimento de regulamentação com controlo; P7\_TC1-COD(2013)0220.

Na fase preparatória de ambas as conferências, o Parlamento Europeu e os Parlamentos que exerceram a Presidência cooperaram estreitamente na sua organização (programa e oradores convidados), contribuindo para a elaboração das conclusões e para a realização dos trabalhos de revisão do Regimento em vigor.

Em conformidade com as decisões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE e com as conclusões da primeira Conferência Interparlamentar, um comité de avaliação *ad hoc* está a efetuar uma primeira análise das modalidades práticas destas conferências, tendo em vista a apresentação de propostas para apreciação pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE a realizar em Roma, na primavera de 2015. Estas recomendações visam, principalmente, a melhoria da Conferência com base no seu Regimento em vigor, com vista à realização de debates mais específicos, ao desenvolvimento de seminários em paralelo e à formulação de conclusões operacionais mais sucintas. Ainda estão a ser debatidas propostas tendentes a transformar a Conferência numa assembleia parlamentar de pleno direito. Em consonância com as conclusões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE realizada em Estocolmo, em 2010, o Parlamento Europeu não é a favor dessas modificações.

## **2.4 Os Parlamentos da UE no quadro da governação mundial**

Ao longo das últimas décadas, os governos criaram um grande número de organizações internacionais e grupos informais. Em muitos destes organismos, os governos ou os seus representantes tomam decisões ou adotam orientações políticas que afetam a vida das pessoas em todo o mundo. Os cidadãos e os seus representantes eleitos devem participar na governação mundial, não devendo esta caber apenas aos governos e diplomatas. Os deputados devem desempenhar um papel neste processo. Ainda que recentemente tenham sido realizados progressos e que muitas dessas organizações tenham uma certa dimensão parlamentar, a situação atual está longe de ser satisfatória.

Por este motivo, os vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os Parlamentos nacionais, Miguel Angel Martínez e Othmar Karas, organizaram um Fórum Parlamentar sobre os Parlamentos da UE no quadro da governação mundial. O fórum realizou-se nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, em 18 de fevereiro de 2014. Reuniu vinte e oito deputados dos Parlamentos nacionais, de dezasseis câmaras parlamentares de catorze países, oito deputados ao Parlamento Europeu, representantes das instituições da UE e organizações internacionais e ONG.

Num animado debate, os participantes na conferência abordaram o papel dos Parlamentos e da democracia na era das «políticas internas a nível mundial» e as atividades dos Parlamentos da Europa em organizações multinacionais e em fóruns internacionais, bem como apresentaram iniciativas e redes mundiais que reúnem os deputados que tratam os mesmos temas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Todos os documentos da reunião e informações gerais estão disponíveis no sítio Web da Conferência .

### 3. Cooperação parlamentar institucional

#### 3.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)

*Em 2013, a COSAC, Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia, criada em 1989 em Paris, celebrou a sua 50.ª reunião plenária em Viena. Reveste-se de um carácter ímpar na medida em que é o único fórum interparlamentar consagrado no Tratado de Lisboa (Protocolo n.º 1). O Parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. É apoiada por uma Troika presidencial, da qual o Parlamento Europeu é membro permanente, e conta com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento e chefiado por um funcionário destacado de um Parlamento nacional («membro permanente»).*

A tendência para adotar uma abordagem mais consensual que se verificava desde a Presidência polaca da COSAC em 2011 foi consolidada em 2013. Ao longo das presidências irlandesa e lituana, o Parlamento Europeu contribuiu de forma significativa para o trabalho da COSAC. Nas duas reuniões plenárias realizadas em Dublin e em Viena, vários deputados ao Parlamento Europeu tiveram um papel ativo. O Oireachtas e o Seimas convidaram a participar nas reuniões plenárias da XLIX e L COSAC quatro deputados ao Parlamento Europeu na qualidade de oradores principais e um deputado ao Parlamento Europeu na qualidade de principal responsável. Os seus discursos e respostas às questões apresentadas contribuíram para criar um debate verdadeiramente europeu e interparlamentar sobre temas como a política de desenvolvimento, as eleições europeias de 2014, a legitimidade democrática na UE, a execução da Estratégia «Europa 2020» e o alargamento e a política de vizinhança. Além disso, integraram a composição das delegações do Parlamento Europeu a Dublin e a Viena deputados de várias comissões do Parlamento Europeu, o que facilitou as intervenções dos deputados ao Parlamento Europeu especializados nos temas do programa.

Note-se também com satisfação que outros Parlamentos participaram empenhadamente nos debates da COSAC, contribuindo para a sua vivacidade. A participação de oradores principais dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu fomentou claramente a natureza interparlamentar dos debates nas reuniões da COSAC. Ademais, emergiu uma outra faceta do intercâmbio parlamentar graças ao convite à participação do antigo presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox, na reunião realizada em Viena, em que este prestou um testemunho vigoroso sobre a diplomacia parlamentar do Parlamento Europeu, tendo dado como exemplo a sua missão à Ucrânia.

Ambos os Parlamentos que exerceram a presidência foram bem-sucedidos nas suas tentativas de inovar e de atualizar o formato das reuniões da COSAC, designadamente mediante o estabelecimento de um debate de especialistas, a criação de um fórum para os jovens cidadãos que representam grupos minoritários e a planificação de sessões informais à hora de almoço (animadas e com uma grande afluência) sobre as práticas parlamentares usadas no controlo seletivo pela UE e o papel dos Parlamentos nacionais na definição e no controlo do processo decisório da UE, respetivamente. Além da reunião ordinária da COSAC, a Presidência lituana organizou paralelamente uma série de eventos associados, tais como o «Fórum Parlamentar sobre o Mar Báltico» e o primeiro «Fórum das Mulheres da COSAC» alguma vez realizado, os quais podem constituir uma possibilidade a continuar a explorar no futuro.

As reuniões plenárias da COSAC são tradicionalmente antecedidas de reuniões preparatórias dos principais grupos políticos que são presididas ou copresididas pelos vice-presidentes da delegação do Parlamento Europeu. A Presidência lituana solicitou, pela primeira vez, aos delegados dos Paramentos nacionais na COSAC que se inscrevessem na reunião, indicando também a sua filiação política, o que facilitou a organização das reuniões dos grupos e aumentou notavelmente a participação. As atas da reunião da L COSAC foram as primeiras a indicar a filiação política dos oradores, contribuindo, assim, para a politização da COSAC.

Tornou-se óbvio, nas reuniões da COSAC e nos relatórios bianuais de 2013, que diversos Paramentos nacionais estão frustrados por terem uma participação insuficiente nos assuntos europeus, incluindo no que toca aos seus poderes de controlo dos respetivos governos. Esses Paramentos estão a exercer pressão no sentido de terem uma maior participação no processo decisório europeu, nomeadamente o processo legislativo, com ou sem alterações ao Tratado. Em consequência, a delegação do Parlamento Europeu, que representa uma instituição da UE, teve de insistir incessantemente na obrigatoriedade de respeitar os Tratados da UE. Teve, igualmente, de recordar aos Paramentos nacionais, por ocasião da adoção dos Contributos e das Conclusões, que o Parlamento Europeu também é membro da COSAC e que, por conseguinte, os textos aprovados têm de respeitar o papel e as prerrogativas do Parlamento enquanto instituição da União. Atendendo a que esta abordagem não foi bem-sucedida, a delegação do Parlamento Europeu teve de dissociar-se das decisões tomadas, realçando o facto de ter rejeitado «qualquer interpretação das propostas contidas no Contributo [...] que vá além da letra ou do espírito dos Tratados [...] e do equilíbrio atual entre as instituições parlamentares nacionais e europeias».

### **3.2 A Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE**

*A Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE é o órgão diretor da cooperação interparlamentar e reúne-se na primavera de cada ano no país que exerceu a presidência do Conselho da UE durante o segundo semestre do ano anterior. A Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE é antecedida de uma reunião preparatória dos secretariados-gerais dos países participantes<sup>7</sup>.*

A Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE, que se realizou em Nicósia, entre 21 e 23 de abril de 2013, com a participação ativa do Presidente Martin Schulz, chegou a um acordo quanto às modalidades de aplicação do artigo 13.º do TCEG (→ 2.1).

No contexto do debate sobre o papel dos Paramentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu no reforço da democracia e dos direitos humanos em países terceiros, os presidentes frisaram que a parceria e a assistência entre pares podem ajudar a estabelecer paramentos que funcionem corretamente, devendo estes caracterizar-se pelo respeito mútuo, por uma representação equitativa e eficaz, pela transparência, pela responsabilidade e pela eficácia a nível nacional e internacional. Os presidentes encorajaram os Paramentos nacionais e o Parlamento Europeu a prosseguirem as suas atividades neste domínio, incluindo a assistência técnica, o intercâmbio e os programas de geminação.

---

<sup>7</sup> Todos os documentos relacionados com a Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE e com as reuniões preparatórias dos Secretariados-Gerais estão acessíveis através do sítio web IPEX: [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu).

Os presidentes também debateram qual a melhor forma de aproximar os cidadãos da União Europeia, tendo concluído que os Parlamentos devem agir como facilitadores de debates sobre assuntos da UE (quer a nível nacional, quer interparlamentar) e que a cooperação interparlamentar deve incluir o intercâmbio de informações quanto à forma de continuar a sensibilizar os cidadãos para os seus direitos e para os temas da UE em geral. Salientaram, designadamente, a necessidade de encorajar os cidadãos a exercerem os seus direitos eleitorais e frisaram que é necessário assegurar que estes compreendam claramente a pertinência das decisões tomadas a nível da UE e o impacto que estas têm na sua vida, a fim de fomentar a participação dos cidadãos nas eleições para o Parlamento Europeu.

No que respeita à questão de saber o que os Parlamentos podem fazer para reforçar a coesão social em tempos de austeridade, os presidentes sublinharam que os Parlamentos da União Europeia têm de assegurar que o Semestre Europeu seja realizado de forma democrática e transparente, no respeito do princípio da responsabilidade democrática. Além disso, os Parlamentos devem participar estreitamente na conceção e na aplicação do quadro para a realização de reformas sociais e económicas mais sólidas a nível nacional.

Os presidentes saudaram também os esforços e meios acrescidos para promover o IPEX (→ 6.1) como o principal instrumento de apoio técnico ao intercâmbio de informações entre os parlamentos da UE e com instituições europeias sobre temas relacionados com a UE. Aprovaram a proposta segundo a qual o IPEX deve conter documentos para as próximas conferências interparlamentares (→ 2.1 e 2.3) a par da página Web da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE.

### **3.3. Relações com a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE)**

*O Acordo entre o Parlamento Europeu e a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, assinado em 2007, obriga as duas instituições a empreenderem esforços no sentido de reforçar a cooperação e a coordenação das atividades. As duas instituições alteraram os respetivos regimentos em conformidade, colocando uma ênfase especial a uma relação de trabalho eficaz entre as comissões competentes de ambas. Além disso, a Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu procedeu a um intercâmbio regular com o Comité dos Presidentes da PACE, a fim de averiguar qual o estado das relações e quais os domínios a melhorar. O chamado Órgão Informal Conjunto de Representantes das comissões do Parlamento Europeu e da PACE chegou a acordo quanto ao procedimento para a participação do Parlamento na nomeação de juízes para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.*

Contudo, foi referido em várias ocasiões que o espírito dos acordos e das declarações muito raramente se traduzia em ações concretas. A monitorização dos direitos fundamentais comporta, nomeadamente, o risco de estabelecer estruturas paralelas e normas paralelas em duas assembleias. Eventualmente, a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem constitui uma grande oportunidade para evitar o risco de continuar a alimentar uma competitividade contraproducente.

A discórdia no Conselho de Ministros provocou mais um atraso na adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Espera-se que este objetivo seja concretizado em 2014. Se a adesão for concretizada, esta proporcionará uma oportunidade para uma cooperação mais estreita entre o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa a nível político e administrativo. A reunião da Conferência dos Presidentes com o Comité dos Presidentes dos Grupos Políticos da Assembleia Parlamentar em 9 de janeiro de 2014 contribuiu para

realçar a necessidade de uma maior complementaridade e de melhores sinergias entre as duas instituições em questões de interesse comum. No seu discurso proferido na sessão de inverno de 2014 da Assembleia Parlamentar, o Presidente Martin Schulz manifestou-se a favor de uma cooperação mais profunda e sustentável, designadamente no domínio da observação eleitoral.

#### **4. Reuniões interparlamentares**

##### **4.1 Reuniões interparlamentares - intercâmbios mais específicos entre peritos**

*Ao longo dos últimos anos, foi desenvolvido um conjunto de três formatos principais de reuniões interparlamentares a fim de proporcionar fóruns para o intercâmbio de informações e de pontos de vista sobre determinados tópicos. As reuniões interparlamentares de comissões (RIC) são encontros organizados por iniciativa de uma ou mais comissões do PE com o apoio da Direção para as Relações com os parlamentos nacionais. Reúnem membros das comissões especializadas do PE e das comissões homólogas dos parlamentos nacionais. Estas reuniões não devem ser confundidas nem com as reuniões conjuntas de comissões (RCC) nem com as reuniões parlamentares conjuntas (RPC), organizadas pelo Parlamento Europeu em conjunto com o parlamento do país que exerce a Presidência do Conselho da UE. As RPC são reuniões sobre temas políticos abrangentes, ao passo que as RCC são encontros entre comités setoriais das comissões do PE e dos parlamentos nacionais que abrangem principalmente as áreas políticas em que a UE dispõe de competências legislativas no âmbito do processo legislativo ordinário.*

Em 2013 organizaram-se 17 reuniões interparlamentares de comissões e seminários. Este número de RIC é o mais elevado de sempre e abrange 14 comissões permanentes e especiais do PE. Um total de 374 membros dos parlamentos nacionais (aos quais se acrescentaram 9 de países terceiros) e 396 deputados europeus participou nestas reuniões. Os temas debatidos incluíram *a livre circulação dos cidadãos, o Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas* (que contaram com a participação das Comissões do PE mais diretamente interessadas), bem como *o Direito Europeu Comum da Compra e Venda e o futuro da defesa europeia*. Além disso, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia coorganizou uma Reunião Conjunta de Comissões com a sua homóloga lituana relativa ao *mercado interno da energia da UE no século XXI*, uma das mais importantes prioridades da Presidência lituana. Nessa reunião participaram 32 membros dos parlamentos nacionais (aos quais se acrescentaram quatro de países terceiros).

Para além da SPE (→ 2.1), a reunião interparlamentar que teve o maior êxito em termos de participação foi a RIC da Comissão dos Assuntos Jurídicos e da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos relativa à «Criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça: ponto da situação da cooperação policial e judiciária em matéria civil e penal», que contou com a presença de 35 membros de 21 parlamentos nacionais (26 câmaras), incluindo a Croácia e a Noruega. Não obstante, o êxito não pode ser aferido apenas por números, uma vez que algumas das reuniões organizadas em 2013, à semelhança dos anos anteriores, assumiram propositadamente o formato de reuniões exclusivas dos Presidentes, com vista a proporcionar debates mais específicos.

Em comparação com 2012, o foco temático da RIC em 2013 deslocou-se dos assuntos relacionados com o programa legislativo das comissões parlamentares para abordar questões mais amplas como, entre outras, «Será que os cidadãos da UE tiram partido da livre

circulação?», «Coerência das políticas de desenvolvimento: como podem o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais cooperar?», «A resposta das mulheres à crise» e «O futuro da Defesa Europeia». Todavia, continuaram a realizar-se reuniões sobre propostas legislativas específicas (por exemplo, relativamente ao equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas, o Direito Europeu Comum da Compra e Venda, a Europol).

Em 2013 assistiu-se ao desenvolvimento de novas particularidades das RIC, tais como as reuniões sobre a aplicação uniforme e eficaz do Direito europeu (do ambiente), sobre a execução de um quadro estratégico e um plano de ação (relativos aos direitos humanos e à democracia), bem como sobre o controlo parlamentar das despesas. O debate público interparlamentar relativo à governação económica enquanto complemento do processo decisório intergovernamental à porta fechada constitui outra particularidade mais recente que foi prolongada em 2013 (e 2014). Se esta tendência se mantiver, o contexto interparlamentar poderá vir a assumir novas formas no futuro: um fórum para o controlo parlamentar, a fim de avaliar a forma como na realidade a legislação da UE é aplicada no terreno e um fórum destinado a expor a nível europeu os casos em que os governos adotam decisões de um dia para o outro. Em suma, um terreno para uma responsabilização democrática e um controlo reforçados.

#### **4.2 Visitas bilaterais – um formato flexível e eficiente**

*As visitas bilaterais proporcionam a oportunidade de realizar um diálogo mais informal e mais concentrado na iniciativa do parlamento/da câmara visitante. O Parlamento Europeu oferece apoio logístico mediante a disponibilização de salas e interpretação, cobrindo, igualmente, as despesas com almoços de trabalho nas suas instalações.*

Tal como nos anos anteriores, as visitas bilaterais foram bastante frequentes em 2013, tendo sido o Parlamento do Reino Unido (ambas as câmaras) o mais ativo. Provavelmente, o potencial de visitas bilaterais não foi plenamente explorado, uma vez que apenas 19 câmaras parlamentares (incluindo o Conselho Nórdico) aproveitaram esta importante forma de cooperação interparlamentar. A situação é tanto mais surpreendente quanto nesse tipo de reunião os membros dos parlamentos nacionais têm a oportunidade de definir as suas próprias agendas e efetuar debates com os principais intervenientes do Parlamento Europeu sobre questões que lhes interessem. Em 2013, o número de visitas bilaterais a nível de funcionários aumentou para 13, representando uma oportunidade aproveitada por sete câmaras para efeitos de formação profissional interna. Uma panorâmica completa das 43 visitas bilaterais realizadas em 2013, nas quais participaram 124 membros de parlamentos nacionais e 167 funcionários dos parlamentos nacionais, consta do anexo III.

#### **4.3 Videoconferências: rumo ao futuro**

*As videoconferências oferecem muitas oportunidades de cooperação interparlamentar. Nos últimos dois anos, os serviços do PE têm desenvolvido uma solução técnica que permite a realização de videoconferências com excelente qualidade de imagem e som e com interpretação em várias línguas.*

Desde 2013, esta tecnologia é disponibilizada enquanto serviço permanente no Parlamento Europeu e o seu lançamento oficial foi acompanhado por várias atividades de promoção. Em setembro de 2013, os agentes para assuntos europeus dos parlamentos nacionais puderam testemunhar a capacidade da nova tecnologia numa videoconferência multilingue em direto

entre o PE em Bruxelas, o Parlamento Lituano em Viena e o Parlamento Português em Lisboa. O Parlamento Europeu ofereceu igualmente aos parlamentos nacionais a possibilidade de participar numa das suas reuniões interparlamentares regulares através de videoconferência e pretende fazê-lo no futuro, sempre que possível.

Por razões de ordem prática, o novo sistema ainda é objeto de determinadas limitações, por exemplo, no que respeita ao número de salas de reunião do PE equipadas com esta tecnologia, ao número de canais de interpretação disponibilizados aos locais participantes ou ao número máximo semanal de videoconferências com interpretação que possam ser realizadas no PE. Além do mais, há que salientar que uma videoconferência com um parlamento nacional apenas pode ser estabelecida se o equipamento utilizado pelo parlamento nacional observar as mesmas normas técnicas que o sistema do PE. A experiência sublinha a importância da realização de testes técnicos a nível administrativo antes da planificação pormenorizada de uma videoconferência com um parlamento nacional.

Por conseguinte, no outono de 2013, os serviços do PE lançaram um inquérito técnico nos parlamentos nacionais com vista a recolher dados atualizados sobre os respetivos equipamentos de videoconferência. No início de 2014 os resultados da vistoria foram divulgados a todos os parlamentos nacionais, o que deverá facilitar a organização de videoconferências no futuro.

## **5. «O mecanismo de alerta precoce» - Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa**

*Uma das evoluções mais significativas na arquitetura jurídica da UE ao longo dos últimos anos foi a aplicação do Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa. O Protocolo concede aos parlamentos nacionais o direito de controlar projetos de atos legislativos da UE que não sejam da competência exclusiva da União Europeia, e de opor-se à sua adoção, se considerarem que não foi respeitado o princípio da subsidiariedade. O Protocolo estabelece um processo de reanálise obrigatória de uma proposta legislativa pela instituição emissora – normalmente a Comissão – quando os pareceres fundamentados recebidos ultrapassam os limiares estabelecidos<sup>8</sup>. Estão previstos dois processos, comumente conhecidos por cartões «amarelos» e «laranja» (no último caso, as obrigações são mais rigorosas).*

Este «mecanismo de alerta precoce» veio alterar os métodos de trabalho do Parlamento Europeu, incluindo alterações ao seu Regimento. Por seu lado, os parlamentos nacionais utilizaram esta oportunidade para controlar não apenas aspetos relacionados com o princípio de subsidiariedade, mas também uma série de outras questões, incluindo a essência das propostas legislativas. Prova disto é o facto de, entre os 1546 documentos submetidos pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Protocolo, em finais de dezembro de 2013 – atinentes a um total de 439 atos legislativos submetidos ao controlo dos parlamentos nacionais – apenas 276 serem «pareceres fundamentados», isto é, documentos submetidos que se opõem à adoção de um ato legislativo com base numa alegada violação do princípio da subsidiariedade. As restantes 1270 representam o que veio a ser designado como «contributos» e abordam vários tipos de questões adicionais.

Em 2013, em particular, foram transmitidos 87 pareceres fundamentados relativos a 115 projetos de atos legislativos que foram objeto de controlo parlamentar. Para além desses, os parlamentos nacionais enviaram mais 226 contributos. Esta situação é comparável com os 71

---

<sup>8</sup> Um terço dos parlamentos nacionais que votam contra a proposta ou, no caso dos assuntos no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos, um quarto.

pareceres fundamentados e 221 contributos apresentados em 2012, relativos a 79 propostas de atos legislativos que se enquadravam no âmbito do Protocolo n.º 2 nesse ano. Podemos, pois, observar uma ligeira tendência decrescente em termos relativos entre os dois anos, pese embora o número absoluto tanto de pareceres fundamentados como de contributos ser maior em 2013 do que em 2012.

## **6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede**

### **6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia – IPEX**

*A Plataforma para o Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) foi criada em resposta a uma recomendação da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de Roma, em 2000, e foi inaugurada na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, em Copenhaga, em 2006. Desde então, os parlamentos nacionais da UE, o Parlamento Europeu, bem como os países candidatos têm contribuído introduzindo na plataforma informações relativas a questões da UE. Em 1 de julho de 2011, no seguimento da entrada em vigor do Tratado de Lisboa em dezembro de 2009, foi inaugurado um sítio web atualizado, que visa responder aos novos desafios que se perfilam no horizonte.*

Ao longo de 2013 foram desenvolvidas novas características do IPEX: criaram-se duas novas páginas subordinadas à página da Conferência Extraordinária dos Presidentes dos Parlamentos da UE, no intuito de arquivar todos os documentos relacionados com as novas Conferências Interparlamentares estabelecidas pela Conferência Extraordinária dos Presidentes dos Parlamentos da UE nas suas reuniões de Varsóvia, em 2012, e de Nicósia, em 2013.

Nos últimos dois anos, o IPEX tem sido adaptado para receber documentos através da nova plataforma de comunicação da Comissão Europeia, chamada eTrustEx. Esta nova plataforma tornou-se plenamente operacional em finais de agosto de 2013 e o IPEX, juntamente com os parlamentos nacionais, foi o primeiro destinatário dos documentos enviados pela Comissão através deste canal de comunicação novo e seguro. Em outubro de 2013, a Comissão respondeu ao requisito do IPEX de receber igualmente todos os documentos que eram previamente enviados apenas ao Conselho. Por conseguinte, o Parlamento Europeu também recebe agora diretamente todos esses documentos. O IPEX conta igualmente com a Croácia entre os parlamentos participantes e o croata tornou-se língua de navegação a tempo da adesão do país em 1 de julho de 2013.

Quando os pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais desencadearam um segundo «cartão amarelo» em finais de outubro de 2013, teve-se rapidamente conhecimento desta situação graças à publicação, em tempo útil, dos pareceres fundamentados emitidos pelos parlamentos nacionais no IPEX. Um fator importante foi igualmente a disponibilidade de traduções em inglês dos documentos pertinentes. Essa característica torna-se cada vez mais comum.

Em 2013, o número de notícias relativas a eventos e temas atinentes a questões da UE publicadas na secção «Notícias» do sítio web pelos parlamentos nacionais aumentou, contribuindo desta forma para o intercâmbio de informação acerca de outros assuntos além do controlo parlamentar.

## **6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares - CEIDP**

*Em 2013, o CEIDP – gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – contava com 65 câmaras parlamentares de 53 países e instituições europeias (incluindo 41 parlamentos/câmaras parlamentares dos Estados-Membros da UE). 119 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de melhores práticas.*

254 pedidos foram submetidos em rede, originando 6328 respostas, tratando-se em ambos os casos de números inferiores aos de 2012. Esta diminuição pode ser explicada, muito provavelmente, pelo facto de a instituição que tinha apresentado o maior número de pedidos, o Bundestag alemão, ter estado em período eleitoral, não tendo, por conseguinte, apresentado o número habitual de pedidos.

O Parlamento Europeu respondeu em 33 casos, o que representa um número inferior aos outros parlamentos, uma vez que procede apenas ao tratamento de pedidos relativos às práticas e aos processos parlamentares. Mais importante ainda é o facto de o Parlamento Europeu ter aproveitado a sua qualidade de membro da rede e, em 2013, ter apresentado oito pedidos em nome de vários serviços da instituição. Dois pedidos diziam respeito às próximas eleições europeias e visavam questões específicas relevantes para o termo do mandato dos deputados do PE. Outro pedido forneceu dados sobre os nomes de mulheres membros de parlamentos na Europa e contribuiu substancialmente para a organização da Cimeira Anual de 2013 «As Mulheres nos Parlamentos – Fórum Mundial» (WIP), realizada no Parlamento Europeu em novembro de 2013. Outros pedidos, tal como o relativo às agências de viagens e o relativo às relações externas dos parlamentos, recolheram dados de referência para projetos em curso na administração do PE. O Parlamento Europeu dedicou de novo um orçamento considerável à melhoria e ao desenvolvimento do sítio internet do CEIDP.

Os resultados e as realizações dos últimos anos recomendam o CEIDP como uma verdadeira história de sucesso da cooperação interparlamentar a nível das administrações dos parlamentos. A informação divulgada pela rede não pode ser encontrada noutros sítios. Os seminários proporcionam um espaço para os peritos dos parlamentos, os quais teriam normalmente dificuldades em encontrar-se com os seus homólogos a fim de partilhar as melhores práticas. O modelo do CEIDP constitui uma fonte de inspiração para projetos similares no mundo, mormente em África e na América Latina.

## **7. Tendências nas relações interparlamentares 2009-2014**

A evolução das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao longo dos últimos cinco anos tem sido liderada pelas mudanças institucionais e jurídicas introduzidas pelo Tratado de Lisboa, nomeadamente o alargamento do âmbito das competências da União Europeia, e modelada num ambiente marcado pela crise monetária e económica internacional. A crise, em particular, desencadeou novos e importantes desenvolvimentos jurídicos e de outra índole a nível da UE. Muitos destes suscitam, porém, interrogações sérias quanto à medida em que são salvaguardados princípios relevantes para o parlamentarismo, tais como os princípios de responsabilização e de transparência. Mais especificamente, os novos mecanismos criados a nível da UE por iniciativa dos órgãos executivos – por exemplo, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) – marginalizam de forma significativa o papel dos parlamentos, designadamente o Parlamento Europeu.

Neste ambiente, as tensões entre os parlamentos nacionais e os organismos da UE, designadamente o Parlamento Europeu, estão muitas vezes patentes, porquanto muitos parlamentos nacionais – embora nem todos – estão profundamente preocupados com uma aparente perda da sua função tradicional de expressar a vontade democrática dos povos. Neste contexto de condições adversas de ponto de vista económico, social e político, as relações interparlamentares continuaram, todavia, a desenvolver-se com vista a responder a desafios existentes e futuros, reforçar as capacidades de todos os parlamentos e, em conjunto, responsabilizar o executivo pelas suas ações, aumentar a transparência, promover o diálogo e as melhores práticas, bem como procurar conciliar os diferendos. Podem ser identificadas pelo menos sete tendências, que são descritas em seguida.

A primeira tendência é para o reforço da participação oficial dos Parlamentos nacionais na estrutura institucional da UE. O artigo 12.º do TUE esclarece que os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União. Este princípio tem como fundamento o Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa, que confere aos Parlamentos nacionais o direito de controlar os projetos de legislação da UE que não sejam competência exclusiva da União. No entanto, apesar de ter aberto um caminho para os Parlamentos nacionais colaborarem com organismos da UE em matérias para além do princípio da subsidiariedade,<sup>9</sup> o Protocolo não esteve isento de críticas. Os críticos argumentam, nomeadamente, que o período de controlo parlamentar (oito semanas) previsto no Protocolo não é suficiente e que as respostas da Comissão foram demasiado gerais e apresentadas com muito atraso. O facto de os Parlamentos nacionais apenas terem procedido, até ao momento, a duas reanálises obrigatórias («cartões amarelos») com base no Protocolo foi igualmente criticado.

Poder-se-ia deduzir que, apesar dos esforços – tanto através da COSAC como de reuniões informais ou mediante a intensificação dos esforços de coordenação informal através dos representantes das suas administrações junto do PE – os Parlamentos nacionais não conseguiram ainda instaurar formas eficazes de cooperação no quadro do Protocolo n.º 2. O número reduzido de cartões amarelos poderia também, no entanto, ser interpretado como prova de um maior respeito do princípio da subsidiariedade por parte da Comissão Europeia. Uma terceira interpretação possível do número reduzido de cartões amarelos é o facto de nem todos os Parlamentos partilharem da mesma opinião sobre uma determinada medida jurídica proposta. É particularmente interessante observar que, até num mesmo Parlamento, duas câmaras parlamentares podem não estar de acordo quanto à conformidade de uma proposta com o princípio da subsidiariedade. Por seu lado, o Parlamento Europeu adotou, até ao momento, uma postura essencialmente de reflexão, uma vez que a aplicação do Protocolo diz principalmente respeito à Comissão Europeia, que é tradicionalmente a instituição emitente. No entanto, a resolução do Parlamento, de 4 de fevereiro de 2014, aprovada pelo plenário, aborda expressamente a questão da subsidiariedade e retoma algumas das principais críticas manifestadas em relação ao funcionamento do Protocolo.<sup>10</sup>

A segunda tendência no domínio das relações interparlamentares nos últimos cinco anos tem sido para tomar decisões referentes a «conferências» interparlamentares por meio de acordos

---

<sup>9</sup> Isto deve-se ao facto de quase 80 por cento das observações escritas apresentadas por Parlamentos nacionais em relação a propostas de atos legislativos abrangidos pelo Protocolo n.º 2 não contestarem a validade destes atos em termos de princípio da subsidiariedade.

<sup>10</sup> Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de fevereiro de 2014, sobre a adequação da regulamentação da UE, a subsidiariedade e a proporcionalidade – 19.º relatório sobre «Legislar Melhor» relativo ao ano de 2011, (2013/2077(INI)), números 21 a 30.

políticos no quadro da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE. Um exemplo notável é a Conferência sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), criada pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE na sua reunião de abril de 2012, em Varsóvia. Segundo os observadores, a CIP sobre PESC/PCSD tem vindo a tornar-se a plataforma interparlamentar para o controlo da política externa, de segurança e de defesa da UE, evitando simultaneamente a criação de novas estruturas ou assembleias. Contando regularmente com a presença de mais de 100 deputados nacionais e de uma delegação de 16 Deputados ao Parlamento Europeu, proporciona uma oportunidade única de debate interparlamentar sobre questões fundamentais de política externa da UE com a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão. Recentemente, em Nicósia, em abril de 2013, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE chegou a acordo quanto à criação e aos princípios gerais que presidem à organização da conferência baseada no Artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação. Em ambos os casos, os fóruns interparlamentares criados com a ajuda da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE refletem, por um lado, o alargamento das atividades da UE a questões tradicionalmente regulamentadas a nível nacional e, por outro, a preocupação dos parlamentos em participar na responsabilização e no controlo dessas atividades que são, na sua maioria, impulsionadas pelo executivo.

A terceira tendência é para os Tratados preverem os meios de cooperação interparlamentar. Tal fica patente na inclusão do artigo 88.º do TFUE, relativo ao controlo da Europol. Este facto contrasta com a situação tradicional, em que as reuniões interparlamentares eram essencialmente organizadas sem base jurídica, com a exceção notável da COSAC, prevista pelo artigo 10.º do Protocolo n.º 1 ao Tratado. Cumpre igualmente observar que estes meios de cooperação interparlamentar adotam uma organização mais permanente e regular e que, muitas vezes, requerem debates entre os vários parlamentos em termos de âmbito e modalidades. A adoção de um regulamento sobre o controlo parlamentar da Europol está especificamente prevista no artigo 88.º do TFUE, com recurso ao processo legislativo ordinário. Na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada em Estocolmo, em 2010, e na Conferência de Bruxelas, em 2011, os Presidentes dos Parlamentos concordaram com a necessidade de controlar a Europol por meio de um órgão interparlamentar que reúna, regularmente, representantes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. A Comissão das Liberdades Cívicas (LIBE) do Parlamento Europeu foi então encarregue de organizar reuniões regulares sobre a Europol com as comissões correspondentes dos Parlamentos nacionais. Consequentemente, a Comissão LIBE organizou reuniões interparlamentares de comissões, a partir de 2010, a mais recente das quais em novembro de 2013, sobre as disposições relativas ao controlo parlamentar das atividades da Europol. Esta questão, juntamente com outras disposições da proposta Europol, é atualmente negociada entre o Parlamento e o Conselho, no seguimento da aprovação da posição do Parlamento em primeira leitura, em 25 de fevereiro de 2014. Na pendência de um acordo com o Conselho, é de assinalar que este é o primeiro domínio em que a cooperação interparlamentar será regulamentada por legislação da UE. O forte empenho da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE aponta igualmente a que este organismo continuará a ser um fórum importante de debate sobre questões como a responsabilidade democrática e a governação, bem como um catalisador de futuras evoluções neste domínio das relações interparlamentares. Na sua reunião de abril de 2014, em Vilnius, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE voltou a abordar a questão da cooperação interparlamentar no espaço de liberdade, segurança e justiça, assinalando o desejo de

participar no domínio do controlo parlamentar da Europol e na avaliação das atividades da Eurojust.

A quarta tendência diz respeito ao facto de algumas formas de cooperação interparlamentar estarem a perder importância. O número de reuniões parlamentares conjuntas (RPC) e de reuniões conjuntas de comissões (RCC), nomeadamente, tem vindo a diminuir de forma significativa, a ponto de não terem sido organizadas RPC desde 2012 (em comparação com duas reuniões por ano anteriormente). Esta tendência reflete, por um lado, determinadas dificuldades organizacionais, que reduzem a apetência a organizar estas reuniões e, por outro, – nomeadamente no que respeita às RPC – o facto de terem um impacto direto limitado na atividade parlamentar em curso e se adequarem a debates de teor mais geral<sup>11</sup>.

A quinta tendência, e de certa forma associada à anterior, é a de ser necessária uma reflexão quanto ao futuro de alguns fóruns de relações interparlamentares existentes. A COSAC é o único órgão que pode ser referido como exemplo notável a este respeito. No outono de 2013, a COSAC celebrou a sua 50.<sup>a</sup> reunião semestral. Embora a sua função legal seja a de «órgão para intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os Parlamentos da União Europeia, em especial quanto a aspetos práticos do controlo parlamentar»<sup>12</sup>, os debates no âmbito da COSAC nos últimos cinco anos foram dominados por membros dos executivos nacionais e europeu. Estes representaram cerca de 60 por cento dos oradores principais. Por outro lado, menos de 30 por cento dos oradores vinham da esfera parlamentar.<sup>13</sup> Nas nove reuniões COSAC da Presidência Sueca (2009) até à Presidência Lituana (2013), apenas 16 por cento dos debates foram de natureza puramente parlamentar, enquanto em 63 por cento dos debates os oradores principais selecionados eram oriundos, exclusivamente, de executivos (europeu ou nacionais), sem participação de deputados. Cumpre, portanto, questionar se a finalidade do intercâmbio de informações e melhores práticas entre parlamentos, privilegiado pelo Parlamento Europeu, permanece no centro dos procedimentos recentes da COSAC. No entanto, afigura-se que para muitos Parlamentos nacionais o diálogo com o executivo da União Europeia é uma parte fundamental das atividades da COSAC.

A participação de Deputados ao Parlamento Europeu de comissões especializadas na COSAC não resolveu o problema de base, inerente à sua composição fundamental – conferência de membros de comissões parlamentares em matéria de assuntos europeus, com uma abordagem generalista que coloca a ênfase dos seus contributos sobretudo em questões institucionais e não em políticas (individuais, especializadas). Da mesma forma, pode observar-se que os debates entre Deputados ao Parlamento Europeu e deputados nacionais sobre domínios políticos específicos tendem a decorrer fora do quadro da COSAC. À luz do que precede, pode assinalar-se que o objetivo de criar uma esfera de debate interparlamentar, pelo menos nos domínios específicos importantes da ação legislativa, tende atualmente a ser concretizado no quadro de fóruns especializados distintos e não na COSAC.

---

<sup>11</sup> Recorde-se que as RPC foram criadas na sequência da rejeição do projeto de Constituição Europeia como forma de revigorar o debate sobre integração europeia.

<sup>12</sup> Regulamento COSAC, Ponto 5.2.

<sup>13</sup> 21 membros da Comissão Europeia, incluindo o Presidente Barroso (duas vezes) e o Vice-Presidente Šefčovič (dez vezes), o Presidente do Conselho Europeu Herman Van Rompuy (uma vez), o Alto-Representante na Bósnia-Herzegovina (uma vez), e funcionários da UE (dois), bem como seis Primeiros-Ministros, 18 ministros nacionais e um funcionário nacional, 10 Deputados ao Parlamento Europeu em exercício, dois antigos Presidentes do PE e 11 deputados nacionais em exercício. Os restantes oradores foram três jovens cidadãos, cinco representantes de universidades, institutos, fundações e dois representantes de empresas (no total, 10 oradores, representado 12 por cento).

A sexta tendência é, contrariamente às duas anteriores, de desenvolvimento de algumas outras formas de cooperação, tanto em termos de números como de importância. Em conformidade com as recomendações do Grupo de Coordenação sobre as relações com os Parlamentos nacionais do PE, o número de reuniões interparlamentares de comissões (RIC) tem vindo a aumentar constantemente.<sup>14</sup> Além disso, e de novo em conformidade com as recomendações do Grupo de Coordenação, as comissões refletem agora sobre as RIC previstas com seis meses de antecedência e transmitem as suas propostas para aprovação, primeiro à Conferência dos Presidentes das Comissões e, por fim, à Conferência dos Presidentes<sup>15</sup>. De seguida, é publicado e transmitido a todos os Parlamentos nacionais um calendário, do qual consta uma lista de todas as atividades interparlamentares. A integralidade do processo de apreciação e aprovação prévias de RIC previstas visa coordenar melhor as atividades interparlamentares e evitar sobreposições. Para este fim, este calendário também inclui as atividades interparlamentares do Parlamento da Presidência<sup>16</sup>. No entanto, é necessário observar que existem divergências significativas entre as comissões do PE no domínio das RIC. Enquanto determinadas comissões organizam, por exemplo, uma ou mais RIC anualmente, outras não organizaram nenhuma RIC nos últimos cinco anos. Além disso, apesar da preferência geral por RIC, resultados de questionários e de inquéritos internos sobre estas reuniões sugerem também a necessidade de uma reflexão contínua acerca dos seus formatos, conteúdos e calendarização.

Constata-se, por exemplo, que a abordagem uniformizada adotada, até à data, em matéria de RIC, pode não satisfazer da melhor forma os interesses de determinadas comissões. A este respeito, uma evolução assinalável nos últimos anos foi a organização de reuniões reservadas a Presidentes. Determinadas comissões, como a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e a Comissão dos Assuntos Externos, têm organizado este tipo de reuniões para focalizar os debates. Na verdade, afigura-se que o futuro das RIC consiste em evoluir para formatos mais diversificados, correspondendo às necessidades e objetivos de cada comissão organizadora.

A última tendência que se pode observar diz respeito à crescente importância da tecnologia no domínio das relações interparlamentares. A videoconferência, por exemplo, tem vindo a ganhar terreno como meio de realização de reuniões interparlamentares, trazendo vantagens significativas em termos de custos e de duração de trajetos. Além disso, o IPEX foi completamente remodelado e está agora disponível nas 24 línguas oficiais da UE, proporcionando uma plataforma fiável e atualizada de intercâmbio de informações. A interconexão da tecnologia com meios novos e tradicionais para as relações interparlamentares é patente, nomeadamente em relação a fóruns como a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, as Conferências sobre PESC/PCSD e sobre o Artigo 13.º do TCEG, para as quais o IPEX dispõe de páginas especializadas que contêm todos os documentos pertinentes. Além do mais, o IPEX revela-se crucial para a aplicação do Protocolo n.º 2, sendo a plataforma principal para a informação disponível acerca das várias etapas do controlo parlamentar em cada Parlamento/câmara parlamentar da UE, juntamente com os documentos pertinentes, incluindo pareceres fundamentados e contributos. Também no que se refere ao CEIDP a tecnologia trouxe melhorias significativas. Graças ao investimento financeiro do Parlamento Europeu, o sítio Web do CEIDP passou a ser a plataforma central para o intercâmbio e o armazenamento de informação comparativa sobre

---

<sup>14</sup> Grupo de Coordenação sobre as relações com os parlamentos nacionais: «Recomendações à Conferência dos Presidentes», recomendação n.º 3.

<sup>15</sup> *Ibid.*, Recomendação 1.

<sup>16</sup> Pode consultar uma panorâmica geral das atividades dos Parlamentos da Presidência em: [www.IPEX.eu](http://www.IPEX.eu).

práticas parlamentares. Todos os participantes da rede aceitaram, sem reservas, um fluxo de trabalho eletrónico que ajuda a organizar a transmissão sem sobressaltos de pedidos e respostas. Um potente motor de busca permite explorar mais eficazmente a base de dados, por forma a poupar tempo, evitar a duplicação de tarefas e, por fim, otimizar o acesso à informação. Todos estes exemplos demonstram o potencial da tecnologia para facilitar em numerosos aspetos a cooperação interparlamentar.

## **ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL 2013**

- I. Reuniões da COSAC - Temas e principais oradores**
- II. Reuniões interparlamentares de comissões e outras reuniões interparlamentares**
- III. Visitas bilaterais (incluindo videoconferências)**
- IV. Dados do mecanismo de alerta precoce**
- V. O CERDP: Lista de pedidos comparativos lançados pelo PE e lista dos seminários e sessões estatutárias**

## ANEXO 1 - Reuniões da COSAC - Temas e principais oradores

EVENTO	TEMAS	PRINCIPAIS ORADORES/INTERVENIENTES
Reunião dos presidentes da COSAC 27-28 de janeiro de 2013 Dublin	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades da Presidência irlandesa do Conselho da União Europeia</li> <li>• O futuro da Europa: rumo a uma verdadeira União Económica e Monetária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brendan HOWLIN, T.D. (<i>Teachta Dála</i>), Ministro das Despesas Públicas e da Reforma</li> <li>• Maroš ŠEFČOVIČ, vice-presidente responsável pelas relações interinstitucionais e administração</li> </ul>
XLIX COSAC (Reunião plenária) 23-25 de junho de 2013 Dublin	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Balanço e perspectivas para o futuro</li> <li>• O futuro da integração europeia</li>   <li>• Garantir o desenvolvimento</li>   <li>• Um futuro europeu para os jovens cidadãos</li>   <li>• Manter a dinâmica da política de alargamento e de vizinhança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enda KENNY, T. D. (<i>Teachta Dála</i>), Primeiro-Ministro da Irlanda</li> <li>• Herman DE CROO, antigo presidente da Câmara dos Representantes da Bélgica e Brendan HALLIGAN, presidente do Instituto de Assuntos Europeus e Internacionais</li> <li>• Painele de debate com o Dr. Mo IBRAHIM, presidente da Fundação Ibrahim, <b>Michèle STRIFFLER, vice-presidente da Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu</b>, e Barry ANDREWS, diretor executivo da GOAL</li> <li>• Ruairi QUINN, Ministro da Educação e das Qualificações Profissionais e intervenções por parte de três jovens cidadãos europeus: Nevin ÖZTOP (Turquia), Rachel CREEVY (Irlanda) e Marietta HERFORT (Hungria)</li> <li>• Valentin INZKO, Alto Representante para a Bósnia-Herzegovina e Erwan FOUÉRE, investigador principal associado ao Centro de Estudos Políticos Europeus, Bruxelas; primeiro interveniente: <b>Miguel Ángel MARTÍNEZ, vice-presidente do Parlamento Europeu</b></li> </ul>
Reunião dos presidentes da COSAC 7-8 de julho de 2013 Vilnius	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades da Presidência lituana do Conselho da União Europeia</li> <li>• Rumo a uma União Política e Monetária: próximas etapas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linas LINKEVIČIUS, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia</li> <li>• Maroš Šefčovič, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações interinstitucionais e administração</li> </ul>

<p>L COSAC (Reunião plenária), 27-29 de outubro de 2013, Vilnius</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponto da situação da Presidência lituana do Conselho da União Europeia</li> <li>• Aniversário das reuniões da L COSAC - Contributo da COSAC para reforçar a cooperação interparlamentar na União Europeia</li> <li>• Eleições europeias de 2014: uma plataforma para o debate sobre o futuro da UE com os seus cidadãos</li>   <li>• Diplomacia parlamentar entre o PE e a Ucrânia - um caso de estudo</li> <li>• Implementação da Estratégia Europa 2020</li>   <li>• A legitimidade democrática na UE e o papel dos parlamentos da UE</li>   <li>• Agenda digital: desafios e perspectivas - cibersegurança e vantagens para as empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Algirdas BUTKEVIČIUS, Primeiro-Ministro da Lituânia</li> <li>• Laurent FABIUS, Ministro dos Negócios Estrangeiros de França</li>   <li>• <b>Pat COX</b>, antigo presidente do Parlamento Europeu e <b>Andrew DUFF</b>, membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, relator sobre o tema da melhoria da organização das eleições para o Parlamento Europeu em 2014</li> <li>• <b>Pat COX</b>, antigo presidente do Parlamento Europeu</li> <li>• Maroš ŠEFČOVIČ, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações interinstitucionais e administração e <b>Pervenche BERÈS</b>, presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu</li> <li>• Eva KJER HANSEN, presidente da Comissão dos Assuntos Europeus do <i>Folketing</i> dinamarquês, Dominic HANNIGAN, presidente da Comissão Mista para os Assuntos da União Europeia das Câmaras do <i>Oireachtas</i> Irlandês e <b>Hans-Gert PÖTTERING</b>, antigo presidente do Parlamento Europeu, deputado do Parlamento Europeu</li> <li>• Rudolf Peter ROY, chefe de divisão da Política de Segurança e Sanções do Serviço Europeu para a Ação Externa e Ilja LAURS, diretor executivo da GetJar, vencedor do prémio «Gestor Europeu do Ano 2011», atribuído pela <i>European Business Press (EBP)</i></li> </ul>
--	--	---

## ANEXO II

### Reuniões interparlamentares de comissões do PE com os parlamentos nacionais em Bruxelas e outras reuniões interparlamentares (\*) Informações estatísticas referentes a 2013

(\*) Salvo indicação em contrário, todos os eventos são reuniões interparlamentares de comissões.

<u>Comissão</u>	<u>Evento</u>	<u>Data</u>	<u>Parlamentos nacionais</u>			<u>PE</u>
			<u>Deputados</u>	<u>Parlamentos nacionais</u>	<u>Câmaras parlamentares</u>	<u>Deputados ao PE</u>
<i>JURI</i>	<u>Seminário</u> sobre Direito Civil e Justiça subordinado ao tema «Será que os cidadãos da UE tiram partido da livre circulação?»	23 de janeiro	8	7	7	8
ECON/BUD G/EMPL	Semana Parlamentar no quadro do Semestre Europeu	28-30 de janeiro	100	26	33	70
<i>AFET/SEDE</i>	<u>Troca de opiniões</u> com os Ministros dos Negócios Estrangeiros Carl Bildt e Radoslaw Sikorski: Para uma estratégia europeia global	21 de fevereiro	15	12	13	35
FEMM	Reunião interparlamentar de comissões sobre «A resposta das mulheres à crise»	7 de março	14 + 2 TR	13 + TR	16	20
ENVI	Reunião interparlamentar de comissões sobre «A aplicação uniforme e eficaz do direito ambiental europeu: porque não se concretiza?»	26 de março	27 + 1 HR	16 + 1 HR	20 + 1 HR	27
DEVE	Reunião interparlamentar de comissões subordinada ao tema «Coerência das políticas de desenvolvimento: como podem o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais cooperar?»	23 de abril	28 + 1 HR + 2 NO	1 +1NR	18 +1HR +1NO	8
<i>AFET/SEDE</i>	<u>Troca de opiniões</u> sobre «O futuro da Defesa Europeia: uma perspetiva da NATO» e conferência subordinada ao tema «Compreender o Islão político: perspetivas internas»	6-7 de maio	7	7	6	39
CRIM	Reunião interparlamentar de comissões subordinada ao tema «A luta contra o crime organizado, a corrupção e o branqueamento de capitais»	7 de maio	19 + 4 HR + 2 NO	12 + HR + NO	12 + HR + NO	12
<i>JURI/FEMM</i>	<u>Troca de opiniões</u> Melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador	19 de junho	12 + 1 HR	9 + 1 HR	10 + 1 HR	8

**Reuniões interparlamentares de comissões do PE com os parlamentos nacionais em Bruxelas  
e outras reuniões interparlamentares (\*)  
Informações estatísticas referentes a 2013**

(\*) Salvo indicação em contrário, todos os eventos são reuniões interparlamentares de comissões.

<u>Comissão</u>	<u>Evento</u>	<u>Data</u>	<u>Parlamentos nacionais</u>			<u>PE</u>
			<u>Deputados</u>	<u>Parlamentos nacionais</u>	<u>Câmaras parlamentares</u>	<u>Deputados ao PE</u>
	não-executivo das empresas cotadas em bolsa e outras medidas conexas					
<b>LIBE/JURI</b>	Reunião interparlamentar de comissões subordinada ao tema «Criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça: ponto da situação da cooperação policial e judiciária em matéria penal»	20 de junho	<b>32</b> + 1 HR + 3 NO	<b>19</b> + HR + NO	<b>24</b> + HR + NO	<b>28</b>
<b>JURI</b>	<u>Seminário</u> subordinado ao tema «Proposta relativa a um Direito Europeu Comum da Compra e Venda: a via a seguir»	10 de julho	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>ECON</b>	<u>Troca de opiniões</u> sobre «O ciclo 2013 do Semestre Europeu»	17 de setembro	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>20</b>
<b>AFET/DROI</b>	Reunião interparlamentar de comissões sobre «A aplicação do Quadro Estratégico e do Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia»	25 de setembro	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>18</b>
<b>AFET/SEDE</b>	<u>Reunião aberta aos presidentes das comissões parlamentares nacionais especializadas em assuntos da UE</u> «O futuro da Defesa Europeia»	5 de novembro	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>25</b>
<b>CONT</b>	Reunião interparlamentar de comissões subordinada ao tema «Para uma racionalização da despesa - Modelos de controlo parlamentar da despesa»	14 de novembro	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>8</b>
<b>LIBE</b>	<u>Reunião aberta aos presidentes das comissões parlamentares nacionais especializadas em assuntos da UE</u> A Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol) e revogação das decisões 2009/371/JAI e 2005/681/JAI	14 de novembro	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>43</b>
<b>REGI</b>	Reunião interparlamentar de comissões subordinada ao tema «Rumo a um investimento produtivo orientado para o crescimento e a coesão através da melhoria de sinergias a nível local, nacional e da UE com vista à implementação da Estratégia UE 2020»	27 de novembro	<b>25</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>21</b>
<b>ITRE</b>	<u>Reunião conjunta de comissões</u> sobre «O mercado interno da energia da UE no século XXI»	17 de dezembro	<b>30</b> + 3 NO + 1 TR + 2 XK	<b>16</b> +NO+TR+XK	<b>18</b> +NO+TR+XK	<b>60</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18 reuniões interparlamentares</b>		<b>404 + 23</b>			

**Reuniões interparlamentares de comissões do PE com os parlamentos nacionais  
e outras reuniões interparlamentares (\*)**

**Informações estatísticas referentes a 2014**

(\*) Salvo indicação em contrário, todos os eventos são reuniões interparlamentares de comissões.

<u>Procedimento de comité</u>	<u>Evento</u>	<u>Date</u>	<u>Parlamentos nacionais</u>			<u>EP</u>
			<u>Deputados</u>	<u>Parlamentos nacionais</u>	<u>Câmaras parlamentares</u>	<u>Deputados ao PE</u>
<b>ECON/BUDG/EMPL</b>	<b><u>Semana Parlamentar Europeia</u></b> Conferência interparlamentar sobre a governação económica da União Europeia (Artigo 13.º do TECG) O ciclos do Semestre Europeu de 2013 e de 2014	20-22 de janeiro	<b>136</b>	<b>28</b>	<b>41</b>	<b>58</b>
	<b><u>Fórum Parlamentar</u></b> organizado por Miguel Angel Martínez e Othmar Karas, vice-presidentes «Os Parlamentos da UE no quadro da governação mundial»	18 de fevereiro	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>8</b>
<b>FEMM</b>	Reunião interparlamentar de comissões subordinada ao tema «Prevenção da violência contra as mulheres - um desafio para todos»	5 de março	<b>34</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>8</b>
<b>LIBE</b>	<b><u>Reunião conjunta de comissões</u></b> subordinada ao tema «Futuras Prioridades no Domínio das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos»	19 de março	<b>37</b> +1 AL + 2 XK + 2 ME + 1 TR	<b>24</b> + AL + XK + ME + TR	<b>19</b> + AL + XK + ME + TR	<b>60</b>
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>4 reuniões interparlamentares</u></b>		<b><u>235</u> + 6</b>			

## ANEXO III

DG PRESIDÊNCIA – Relações com os Parlamentos Nacionais			
Unidade do Diálogo Legislativo – Unidade da Cooperação Institucional			
Visitas bilaterais - 2013			
Data	<u>País/ Câmara parlamentar</u>	<u>Comissão/Outros</u>	<u>Tipo de visita</u>
<b>JAN/FEV</b>			
22 de janeiro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Visita da subcomissão C, Relações Externas, a Bruxelas	Visita de trabalho dos deputados
23 de janeiro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Subcomissão D, inquérito em matéria de energia	Visita de trabalho de deputados
28 de janeiro	<b>UK - IE</b>	Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia Parlamentar britânica-irlandesa	Visita de trabalho de deputados
30 de janeiro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Subcomissões E e F, inquérito ao Protocolo 36	Visita de trabalho de deputados
31 de janeiro	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Comissão de Inquérito para a Administração Pública	Visita de trabalho de deputados
<b>MARÇO/ABRIL</b>			
4-5 de março	<b>FI - Parlamento</b>	Delegação da Grande Comissão do Parlamento finlandês	Visita de trabalho de deputados
4-5 de março	<b>LT - Parlamento</b>	Comissão dos Assuntos Europeus e Comissão dos Negócios Estrangeiros	BUDG, ECON, ITRE, AFET, IMCO
7-8 de março	<b>LT - Parlamento</b>	Missão pré-presidencial	AGRI, ENVI, REGI, EMPL
18-19 de março	<b>LT - Parlamento</b>	Missão pré-presidencial	ECON, BUDG
9 de abril	<b>FR - Assembleia Nacional</b>	Membro da Comissão dos Assuntos Europeus	Visita de trabalho de deputados
22 de abril	<b>IE - Parlamento</b>	Delegação da Comissão Parlamentar Mista dos Assuntos Externos e do Comércio	Visita de trabalho de deputados
<b>MAIO/JUNHO</b>			
13 de maio	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Comissão de Controlo Europeu	Visita de trabalho de deputados
14-16 de maio	<b>EE - Parlamento</b>	Delegação de funcionários	Visita de estudo
27 de maio	<b>NL - Segunda Câmara</b>	Comissão da Saúde	Membros da Comissão ENVI
30 de maio	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Delegação de funcionários	Visita de estudo
25 de junho	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Comissão de Inquérito para os Transportes	Visita de trabalho de deputados
26 de junho	<b>Conselho Nórdico</b>	Comissão dos Assuntos Sociais	Visita de trabalho de deputados
27 de junho	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Delegação de funcionários	ENVI, ITRE
<b>JULHO/AGOSTO</b>			
<b>SET/OUT</b>			
24 de setembro	<b>PL - Senado</b>	Presidentes e membros das 14 comissões	ITRE e LIBE
24-25 de setembro	<b>SE - Parlamento</b>	Delegação de funcionários	Reuniões com funcionários das comissões do PE

25-26 de setembro	<b>LV - Parlamento</b>	Presidente, diretor-geral, entre outros	Preparação da Presidência letã
26 de setembro	<b>NL - Segunda Câmara</b>	Visita de estudo	Almoço de trabalho com deputados do PE
2 de outubro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários relacionados com a UE	Visita de trabalho de deputados
2 de outubro	<b>RO – Câmara dos Deputados</b>	Presidente da Câmara do Deputados	Reunião com o deputado ao PE Hannes Swoboda
14 de outubro	<b>NL - Segunda Câmara</b>	Assistentes das Comissões	Reuniões com a deputada ao PE Marietje Schaake e com funcionários
14 de outubro	<b>Conselho Nórdico</b>	Delegação	Visita de trabalho de deputados
15 de outubro	<b>IT – Senado da República</b>	Delegação de senadores	Visita de trabalho de deputados
17 de outubro	<b>FR - Assembleia Nacional</b>	Membro da Comissão dos Assuntos europeus	Visita de trabalho de deputados sobre os desreguladores endócrinos
17 de outubro	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Comissão do Ambiente, da Alimentação e dos Assuntos Rurais	Visita de estudo de funcionários
17 de outubro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Subcomissões A, B e E	Visita de trabalho de deputados
30 de outubro	<b>FR - Senado</b>		<b>LIBE, FEMM</b>
<b>NOV/DEZ</b>			
4 de novembro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Subcomissão para os Assuntos externos relacionados com a UE	Visita de trabalho de deputados
4-5 de novembro	<b>DK - Parlamento</b>	Delegação de funcionários	Visita de estudo
4-5 de novembro	<b>SE - Parlamento</b>	Departamento de Coordenação para a UE	Visita de trabalho de funcionários
7 de novembro	<b>UK - Câmara dos Comuns</b>	Comissão para os Assuntos do País de Gales	Visita de trabalho de deputados
12 de novembro	<b>UK - Câmara dos Lordes</b>	Subcomissão do Mercado Interno, Infraestruturas e Emprego	Visita de trabalho de deputados
13 de novembro	<b>UK - Câmara dos Comuns e UK - Câmara dos Lordes</b>	Célula de controlo parlamentar e biblioteca e Comissão dos Assuntos Económicos da Câmara dos Lordes	Visita de estudo de funcionários
25 de novembro	<b>EE - Parlamento</b>	Comissão de Assuntos da UE	Visita de trabalho de deputados
27 de novembro	<b>Conselho Nórdico</b>	<i>Presidium</i> do Conselho Nórdico	Visita de trabalho de deputados
26 de novembro	<b>NL - Segunda Câmara</b>	Gestão dos recursos humanos	Visita guiada ao PE
2 de dezembro	<b>AT - Parlamento</b>	Departamento dos Assuntos da UE	Visita de estudo de funcionários
3 de dezembro	<b>DK - Parlamento</b>	Delegação de funcionários	Reuniões das comissões
4 de dezembro	<b>ES - Parlamento</b>	Comissão dos Assuntos da UE, dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Económicos	Visita de trabalho de deputados

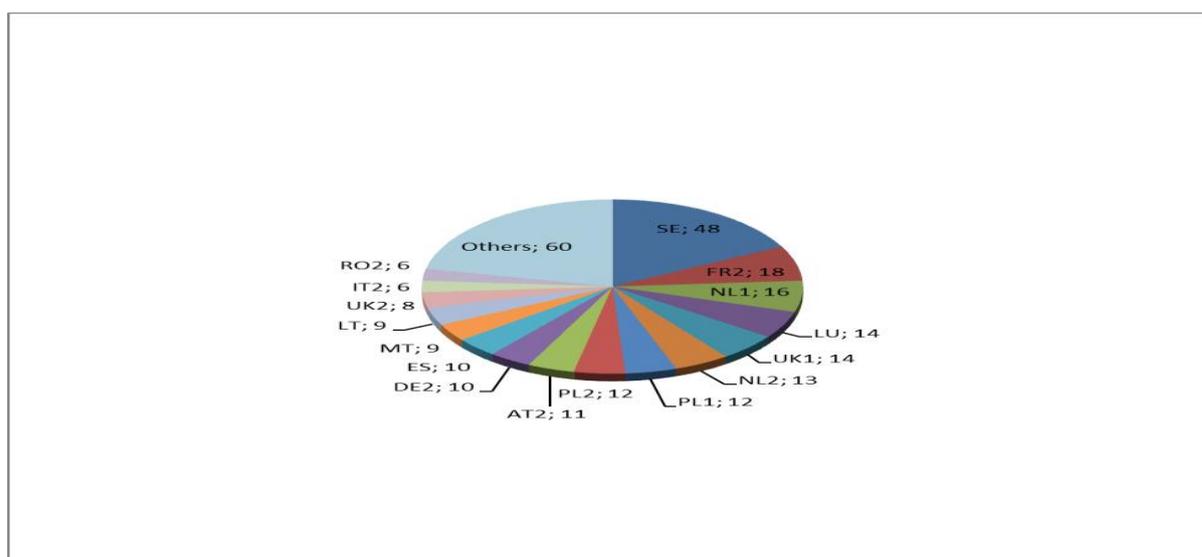
**LISTA DE ABREVIATURAS DOS  
PARLAMENTOS/CÂMARAS NACIONAIS  
UTILIZADAS NO ANEXO IV**

AT1	Áustria	Nationalrat	IT1	Itália	Camera dei Deputati
AT2	Áustria	Bundesrat	IT2	Itália	Senato della Repubblica
BE1	Bélgica	Chambre des Représentants	LV	Letónia	Saeima
BE2	Bélgica	Sénat	LT	Lituânia	Seimas
BG	Bulgária	Narodno sabranie	LU	Luxemburgo	Chambre des Députés
CY	Chipre	Vouli ton Antiprosonon	MT	Polónia	Kamra tad-Deputati
CZ1	República Checa	Câmara dos Deputados	NL1	Países Baixos	Tweede Kamer
CZ2	República Checa	Senát	NL2	Países Baixos	Eerste Kamer
HR	Croácia	Hrvatski Sabor	PL1	Polónia	Sejm
DK	Dinamarca	Folketinget	PL2	Polónia	Senat
EE	Estónia	Riigikogu	PT	Portugal	Assembleia da República
FI	Finlândia	Eduskunta	RO1	Roménia	Camera Deputaților
FR1	França	Assemblée nationale	RO2	Roménia	Senatul
FR2	França	Sénat	SK	República Eslovaca	Národná rada
DE1	Alemanha	Bundestag	SI1	Eslovénia	Državni zbor
DE2	Alemanha	Bundesrat	SI2	Eslovénia	Državni svet
EL	Grécia	Vouli ton Ellinon	ES	Espanha	Congreso de los Diputados
HU	Hungria	Országgyűlés	ES	Espanha	Senado
IE1	Irlanda	Dáil Éireann	SE	Suécia	Riksdagen
IE2	Irlanda	Seanad Éireann	UK1	Reino Unido	House of Commons
			UK2	Reino Unido	House of Lords

## ANEXO IV

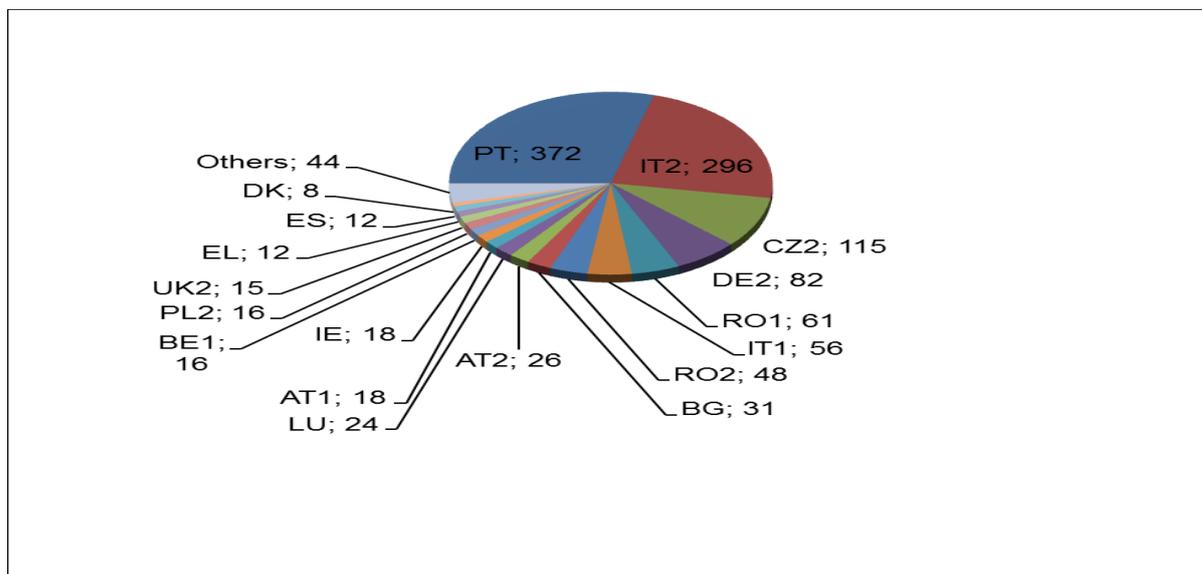
### Dados do mecanismo de alerta precoce

Pareceres fundamentados por câmara parlamentar (2010-2013)<sup>17</sup>



<sup>17</sup> Parlamentos/Câmaras com cinco ou menos pareceres fundamentados (PF) incluídos em «Outros»: 5 PF: CY, IT1; 4 PF: DK, RO1; 3 PF: BE1, CZ1, CZ2, DE1, EL, FI, PT, SK; 2 PF: AT1, BE2, BG, IE\*, IE1, LV; 1 PF: EE, FR1, HU, IE2, NL\*, SI1; 0 OF: HR, SI2 (\*= ambas as câmaras, em conjunto).

### Contribuições por câmara parlamentar (2010-2013)<sup>18</sup>



<sup>18</sup> Parlamentos/Câmaras com cinco ou menos contribuições incluídas em «Outros»: 5 contribuições: PL1; 4 contribuições: CY; CZ1, EE, LT, UK1; 3 contribuições: FR2, NL2; 2 contribuições: FI, FR1, MT, NL1; 1 contribuição: BE2; DE1, HU, LV, SE; 0 contribuições: HR, SI1, SI2, SK.

## **ANEXO V**

### **O CEIDP**

#### **A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2013 através de pedidos comparativos**

- Mobiliário de escritório e equipamento de TIC para deputados
- Relações externas dos parlamentos
- Violação do princípio de subsidiariedade previsto no artigo 8.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa - disposições relativas aos parlamentos
- Obrigações legais relacionadas com a cessação dos contratos de emprego dos assistentes
- Nomes de deputadas europeias na UE
- Regras de entrada em funções como membro de um Parlamento nacional
- Comparação de pareceres de auditoria por instituições superiores de auditoria no âmbito do controlo parlamentar em matéria de execução dos orçamentos nacionais (com documentos)

#### **B. Seminários e sessões estatutárias do CEIDP em 2013**

Evento	Local	Data
<b>Seminários em 2013</b>		
«Partilha de experiências e soluções para um Parlamento baseado nas TIC»	Bacu	28-29 de novembro
«Tecnologias modernas de apoio às atividades parlamentares - tradições e desafios»	São Petersburgo	19-21 de setembro
«Novos quadros orçamentais»	Viena	20-21 de junho
«Procedimentos e práticas para debater e aprovar estratégias nacionais de longo prazo nos parlamentos»	Talin	30-31 de maio
«O papel das bibliotecas e dos arquivos parlamentares na preservação e conservação do património histórico e cultural dos países»	Paris	31 de maio - 1 de junho
Seminário «Parl@mentos na Net XI – Criar parlamentos digitais»	Londres	2-3 de maio
«Investigação parlamentar e pluralidade das fontes de informação disponíveis aos membros do Parlamento»	Praga	3-5 de abril
<b>Sessões estatutárias em 2013</b>		
Conferência Anual dos Correspondentes	Varsóvia	17-19 de outubro
Reuniões do Comité Executivo	Viena	12-13 de setembro
Reuniões do Comité Executivo	Estocolmo	21-22 de março

**Esta é uma publicação da  
Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais,  
Direção-Geral da Presidência  
Parlamento Europeu**  
<http://www.europarl.europa.eu/webnp/>